

PLANO OPERACIONAL 2017

Repactuação

SUMÁRIO

1. Plano Tático 2017	3
1.1 Revisão	3
1.2 Plano Tático x Plano Operacional 2017	5
1.3 Distribuição dos projetos pactuados por temas	7
2. Orientações para Repactuação	8
2.1 Alterar Projeto Pactuado	9
2.2 Excluir Projeto Pactuado	10
2.3 Propor Novo Projeto	11

PLANO TÁTICO 2017

REVISÃO

Ao final do exercício de 2016 houve a reestruturação da Secretaria Federal de Controle - SFC, com a criação de novas áreas, como a Diretoria de Auditoria de Estatais, sem contar, contudo, com alteração no número de servidores disponíveis na Secretaria.

Aliado a isso, tem-se que as prioridades da SFC devem se adequar à atual situação econômica no Brasil, em especial nos entes federativos, uma vez que uma parte significativa dos gastos não ocorrerão conforme previstos, considerando que os limites da LRF, já ultrapassados, impedirão sua execução.

Por essas razões, considerando a necessidade de se ter mais claramente quais as prioridades definidas e considerando a abrangência do Plano Tático originalmente elaborado, com 59 temas priorizados, fez-se necessária a reavaliação do Plano Tático para o exercício de 2017.

Tal reavaliação, conduzida pelo Secretário Federal de Controle, se deu por meio de discussões com cada Diretoria finalística e a proposta foi manter um direcionador das atividades da SFC e das Superintendências Regionais.

Nesse sentido, cabe destacar que as áreas relacionadas aos temas priorizados no novo Plano Tático serão acompanhadas de forma constante pelo corpo diretivo, sendo que os projetos poderão ser relacionados a mais de um tema priorizado.

Assim, a consequência dessa reavaliação será discussão em cada Unidade de Controle Interno - UCI sobre a manutenção dos trabalhos originalmente contidos no Plano Operacional diante da própria capacidade operacional da UCI e da nova priorização constante do Plano Tático, feita durante o presente processo de repactuação.

Após a revisão, ficam priorizados 16 temas para o Plano Tático 2017, conforme segue:

1

GOVERNANÇA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O tema foi escolhido pelas deficiências na governança da Administração Pública serem causa de muitos problemas na política e na gestão pública, no entanto deverá ser incluída necessariamente a capacidade orçamentária, financeira e operacional nessa avaliação.

Outras vertentes são trabalhos que envolvam análise da desburocratização nos serviços públicos para ofertar produto de maior qualidade a população e a continuidade das avaliações de integridade das Estatais.

2

INTERMEDIÇÃO
FINANCEIRA

Os Bancos Federais são responsáveis por mais da metade da carteira de crédito do mercado inteiro (R\$ 3,1 trilhões).

Acrescenta-se ainda a relevância do tema para atividade econômica, em especial o critério de efetividade, e a criticidade relacionada à inadimplência, renegociação e garantias.

Essas avaliações serão priorizadas dentro desse tema tão amplo e em especial se houver tratamento de carteira ou de grandes operações de crédito.

3

ATUAÇÃO DOS FUNDOS DE
PENSÃO E SUAS
PATROCINADORAS

O tema foi escolhido pela:

- Materialidade, pois são mais de R\$ 300 bilhões em ativos.
- Relevância, por se tratar da aposentadoria de mais de 500 mil pessoas, além dos investimentos que são responsáveis no País.
- Criticidade, em razão dos prejuízos recorrentes com a necessidade de aumento dos aportes das patrocinadoras aliado às denúncias na realização dos investimentos.

4

RENÚNCIAS
TRIBUTÁRIAS

O universo de renúncia tributária é amplo, desde esporte e cultura até energia elétrica e exportação de produtos. O tema é importante em razão de seus impactos, mensurados em mais R\$ 190 bilhões, e da existência de poucas avaliações sobre a efetividade dos controles existentes.

5

DESINVESTIMENTOS

A venda de ativos nas Estatais e no serviço público será uma constante no atual governo. Em termos de materialidade, somente na Petrobrás há uma previsão US\$ 50 bilhões, além de todo o nível crítico que esse processo demanda.

6

SUBVENÇÃO

A subvenção é um instrumento que foi utilizado de forma indiscriminada nos últimos anos, com baixo nível de acompanhamento e avaliação de resultados. Apesar de não se ter informações consolidadas, acredita-se que os valores envolvidos estejam na casa de dezenas de bilhões de reais.

7**ATUAÇÃO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS**

Tema escolhido por envolver órgãos responsáveis em regulação de atividades muito abrangentes como: econômica, financeira, de infraestrutura, da saúde, entre outras.

Além desse impacto, ressalta-se a necessidade de auxílio à disseminação das melhores práticas para todas as outras agências.

Por fim, destaca-se a importância significativa que a temática das concessões adquire nesse contexto de readequação orçamentária.

8**DESPESAS COM PESSOAL**

Somente na administração pública federal direta os gastos com despesa de pessoal giram em R\$ 140 bilhões. Sendo que em trabalhos anteriores já foram contabilizados benefícios de cerca de R\$ 3,5 bilhões na redução de gastos com pagamentos indevidos.

A ideia é reduzir os números de trilhas para as que tenham mais efetividade e iniciar um trabalho sistematizado com as Estatais para realizar trilhas similares para avaliação da despesa de pessoal.

Essa expansão de análise se coaduna como momento de desafio operacional das Estatais para redução de seus custos frente uma realidade mais desafiadora. Como exemplo, só no Banco do Brasil os valores giram na casa dos R\$ 20 bilhões.

9**APOIO À ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Os programas federais de segurança pública tem orçamento de R\$ 3,1 bilhões e, além disso, sua relevância se dá pela necessidade de fomentar o ambiente de segurança nas cidades brasileiras. O aspecto crítico está na identificação de vários problemas de inconsistências e deficiências na gestão dos recursos de uma de suas vertentes, o PNASP.

10**BPC (BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA DA LOAS)**

São R\$ 50 Bilhões em recursos com crescimento muito superior que a inflação, sendo o gasto social com maior crescimento nos últimos 10 anos. Diante das mudanças já sugeridas para melhorar a eficiência, será necessária avaliar os impactos e o alcance e verificar outras possibilidades de melhorias que possam ser identificadas.

11**PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI**

O programa não envolve grande volume de recursos (R\$ 1,3 Bilhão) no entanto a quantidade de cidadãos infectados com alguma das variantes das doenças do Aedes Aegypti é de 1,8 milhão ao ano, sendo que os impactos negativos, em parte deles, serão para o resto da vida. A criticidade é que, mesmo nesse cenário, a utilização dos recursos é recorrentemente não efetivada ou feita de fora precária.

12**POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE E COMBATE AO CÂNCER**

Essa avaliação do programa dá continuidade aos trabalhos que estão sendo realizados pela CGU nos principais programas da Saúde e que, além do valor próximo dos R\$ 5 bilhões/ano, traz uma perspectiva de alcance social bastante extensa, por meio de seus beneficiários, que são cerca de 450.000 novos todo ano. Destaca-se o caráter crítico devido ao momento de crise fiscal em vários Estados que pode impactar indevidamente o programa.

13**GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL**

O montante é o mais relevante por representar cerca de 60% do PIB, ou seja R\$ 3 trilhões. Trata-se de um tema que vem sendo acompanhado de forma contínua pela CGU há mais de dois anos.

14**GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

Trata-se de toda arrecadação tributária brasileira e sua gestão que envolve especialmente três órgãos: Receita Federal, PGFN e CARF. Também é uma continuidade pois já se avaliou o processo de gestão da Dívida Ativa (R\$ 1 trilhão) e os programas de parcelamentos.

15**IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**

Diante dos fatos da crise hídrica que impactam diversas regiões do País, avaliar a efetividade das obras que estão sendo realizadas é fundamental. Importante destacar que a infraestrutura hídrica, além de romper a cifra de bilhões de reais, é essencial para qualquer comunidade e áreas urbanas.

16**SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**

Trata-se do gerenciamento do suprimento de energia elétrica do país com investimentos nos próximos 5 anos de US\$ 35,8 Bilhões, incluindo desde a geração até a distribuição, isso em um contexto de revisão da política anterior com a necessidade de se pagar os passivos criados. A importância é que sem energia suficiente e de qualidade não há como garantir o crescimento da economia, em especial com a crise hídrica dificultando esse gerenciamento.

PLANO TÁTICO 2017

PLANO TÁTICO X PLANO OPERACIONAL

A partir da definição e descrição dos 16 temas do Plano Tático, foi feita uma avaliação, validada pelas Diretorias finalísticas, de como os 59 temas originalmente elencados se relacionam com os novos temas priorizados.

A CGPLAM fez, de forma automática, a convergência das denominações (de → para) dos temas conforme acertado com as Coordenações-Gerais quando da revisão do Plano Tático.

No entanto, se tiver algum trabalho incluído automaticamente, mas que, pelo escopo, não deveria ser associado a nenhum dos temas após revisão, eles podem ser desvinculados a um tema prioritário no momento das repactuações.

Além disso, trabalhos que já foram pactuados no PO 2017, mas que não foram associados aos temas originais do Plano Tático, podem, a depender do escopo, ser vinculados a algum dos temas após revisão.

Vale lembrar que os projetos vinculados aos temas do Plano Tático serão acompanhados pelo Secretário Federal de Controle Interno, e deverão, preferencialmente, ser entregues na vigência do PO 2017 (até 31/03/2018), já que são prioritários.

No CGUProj, o campo “Tema Prioritário” foi substituído pelo campo “Objetos Auditáveis” e engloba todos os temas que foram mapeados pelas Coordenações em 2016 (ver Painel de Temas Mapeados nesse [link](#)). Nesse campo a unidade deverá selecionar qual tema mapeado se refere o projeto. Caso não tenha sido mapeado, selecionar a opção “Tema não Mapeado”.

Foi criado o campo “Temas do Plano Tático”, no qual a unidade deverá selecionar se o projeto se refere a algum tema que foi priorizado na revisão do Plano Tático.

TEMAS APÓS REVISÃO

TEMAS ORIGINAIS

1 GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1 Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais 2 Gestão do processos de transferências voluntárias da União 23 Governança Corporativa 26 Políticas e medidas de integridade
2 INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12 Crédito Rural 38 Intermediação Financeira
3 ATUAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO E SUAS PATROCINADORAS	43 Regime de Previdência Complementar - RPC
4 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS	10 Projetos incentivados com renúncia fiscal da Lei Rounet 40 Elevação da competitividade, qualidade e produtividade da indústria brasileira 41 Promoção do desenvolvimento regional e ordenamento do território brasileiro
5 DESINVESTIMENTOS	Não possui relação com nenhum tema originalmente priorizado
6 SUBVENÇÃO	6 Apoio econômico à produção agropecuária

7	ATUAÇÃO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS	4 Parcerias Público-Privadas - Avaliação e seleção de empreendimentos apoiados 8 Inspeção e fiscalização de produtos e insumos agropecuários 20 Fiscalização da Atividade Minerária 21 Fiscalização dos Serviços e Instalações de Energia Elétrica 33 Licenciamento Ambiental 57 Regulação dos Serviços de Transportes Terrestres
8	DESPESAS COM PESSOAL	Não possui relação com nenhum tema originalmente priorizado
9	APOIO À ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	50 Apoio à estruturação das Instituições de Segurança Pública
10	BPC (BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO CONTINUADA DA LOAS)	Não possui relação com nenhum tema originalmente priorizado
11	PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI	48 Programa Nacional de Controle da Dengue
12	POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE E COMBATE AO CÂNCER	47 Política Nacional de Controle e Combate ao Câncer
13	GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	36 Gestão da Dívida Pública Federal
14	GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	37 Gestão do Crédito Tributário
15	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA	31 Implantação de Infraestrutura Hídrica 32 Integração do Rio São Francisco (ramais principais e associados com execução direta) 34 Revitalização de Bacias Hidrográficas
16	SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	24 Implantação de Empreendimentos de Geração Próprios 25 Implantação de Empreendimentos de Transmissão Próprios

Na pactuação do Plano Operacional 2017, dos 949 projetos aprovados, 112 foram automaticamente vinculados ao Plano Tático 2017, sendo:

- 63 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 25 Auditoria Anual de Contas
- 10 Avaliação da Execução de Programas de Governo
- 6 Auditoria sobre Integridade das Estatais
- 5 Apuração de Representações e Demandas Sociais
- 2 Trilhas de Pessoal
- 1 Auditoria por Área de Gestão

PLANO TÁTICO 2017

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PACTUADOS POR TEMAS

18

PROJETOS

GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 6 Auditoria sobre Integridade das Estatais
- 1 Auditoria por Área de Gestão

2

PROJETOS

ATUAÇÃO DOS FUNDOS DE PENSÃO E SUAS PATROCINADORAS

- 1 Auditoria Anual de Contas
- 1 Avaliação dos Resultados da Gestão

23

PROJETOS

ATUAÇÃO DA REGULAÇÃO ECONÔMICA E SERVIÇOS PÚBLICOS

- 11 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 10 Auditoria Anual de Contas
- 1 Apuração de Representações e Demandas Sociais
- 1 Avaliação da Execução de Programas de Governo

2

PROJETOS

APOIO À ESTRUTURAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

- 1 Apuração de Representações e Demandas Sociais
- 1 Avaliação dos Resultados da Gestão

4

PROJETOS

POLÍTICA NACIONAL DE CONTROLE E COMBATE AO CÂNCER

- 3 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 1 Avaliação da Execução de Programas de Governo

3

PROJETOS

GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 2 Auditoria Anual de Contas
- 1 Avaliação da Execução de Programas de Governo

19

PROJETOS

IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

- 15 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 2 Auditoria Anual de Contas
- 1 Apuração de Representações e Demandas Sociais
- 1 Avaliação da Execução de Programas de Governo

10

PROJETOS

INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

- 7 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 3 Auditoria Anual de Contas

18

PROJETOS

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

- 10 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 5 Auditoria Anual de Contas
- 3 Avaliação da Execução de Programas de Governo

6

PROJETOS

SUBVENÇÕES

- 3 Avaliação da Execução de Programas de Governo
- 1 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 1 Apuração de Representações e Demandas Sociais
- 1 Auditoria Anual de Contas

2

PROJETOS

DESPESAS COM PESSOAL

- 2 Trilhas de Pessoal

2

PROJETOS

PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO MOSQUITO AEDES AEGYPTI

- 2 Avaliação dos Resultados da Gestão

2

PROJETOS

GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

- 1 Auditoria Anual de Contas
- 1 Avaliação dos Resultados da Gestão

4

PROJETOS

SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

- 3 Avaliação dos Resultados da Gestão
- 1 Apuração de Representações e Demandas Sociais

*Não existem projetos para os seguintes temas: Desinvestimentos e BPC (Benefício da Prestação Continuada da LOAS)